



Policiais militares lideram bandos armados contra camponeses em Monte Negro



O acampamento Monte Verde está localizado cerca de 25 km da cidade de Monte Negro. As terras do acampamento pertencem a gleba Rio Alto, uma extensa área que abrange os municípios de Monte Negro, Jaru, Jorge Teixeira, Campo Novo, Buritis, Alto Paraíso e Ariquemes. Só para termos uma ideia da extensão das terras, apenas a área São Sebastião que fica dentro da gleba Rio Alto tem aproximadamente 42 mil hectares.

Desde 1996 o INCRA deu título provisório destas terras para o assentamento de famílias camponesas pelo programa nacional de reforma agrária. No entanto ao longo dos últimos anos dezenas de latifundiários grilaram as terras que são da União. Nesta mesma região existem outras áreas de conflitos agrários como é o caso do acampamento 10 de maio e também das famílias que lutam pela posse das terras em Rio Pardo.

Desde dezembro do ano passado, camponeses acampados denunciam ataques sistemáticos de bandos armados a serviço de latifundiários da região. Nenhuma providência foi tomada pela Justiça e Ouvidoria Agrária Nacional no sentido de punir estes crimes.

No dia 29 de julho, um bando armado liderado por policiais militares efetuou dezenas de disparos contra acampados indefesos (homens, mulheres e crianças).

Dois camponeses foram feridos por disparos. Liderando o grupo estaria o PM Edelvan, que foi condenado recentemente por crimes de tortura em Buritis e que responde a pena em liberdade, segundo informações de moradores de Buritis, Edelvan atua em um grupo de extermínio na região.

Camponeses denunciam que no ataque do dia 29, além de Edelvan, outros policiais militares estavam trabalhando ilegalmente como pistoleiros a serviço do latifundiário Nadir Jordão dos Reis.

Segundo laudo recente do superintendente regional do INCRA, Luis Flávio Carvalho, as terras são da União e devem ser destinadas a reforma agrária. Mas isso não impediu que o juiz Adip Chaim Elias Homsí Neto da 2ª Vara Cível de Ariquemes mandasse cumprir ordem de reintegração de posse no local, atendendo solicitação de Ana M. Holanda, filha do latifundiário Jordão dos Reis.

Anteriormente na noite do dia 11 de julho de 2014 a polícia militar havia prendido os camponeses: Welligton, Jean, Osiel, Sebastião, Robson, Cristiane, Rosely, Maria, Jociely, Deusira e Thaís que estavam na área acampados. Durante as prisões os camponeses foram agredidos por policiais militares.

É muito grave toda a situação das famílias acampadas nesta região, que além dos constantes ataques de bandos armados que atuam com total cumplicidade e orientação de policiais militares, são vítimas das decisões arbitrárias de juízes que notoriamente defendem os interesses de grandes latifundiários grileiros de terras. Ou seja, mais uma vez fica claro que a justiça de Rondônia atua para perpetuar o poder dos latifundiários e acobertar todos seus crimes e ao mesmo tempo criminalizar os camponeses quando estes se levantam para exigir seus legítimos direitos.

Liga dos Camponeses Pobres de Rondônia e Amazônia Ocidental